

As raízes do declínio econômico da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul – uma análise da racionalidade econômica dos agentes produtivos da região

Jefferson Marçal da Rocha (UNISC, URCAMP, Brasil)

1-Introdução

A historiografia relacionada à formação econômica do Rio Grande do Sul identifica o período entre o final do século XIX e início do século XX, como o começo da decadência econômica da denominada Metade Sul¹ do Estado. Esta constatação se deve em grande parte à comparação que os historiadores fazem entre o desenvolvimento da Metade Sul e o da região norte do Estado, que nesta época desponta na economia brasileira.

Este período foi também onde se intensificou os protestos dos estancieiros pecuaristas da região em relação à “crise” da Indústria Charqueadora., pois na época o preço pago ao gado diminuiu consideravelmente, fato considerado por muitos como desencadeador do processo de decadência econômica da Metade Sul. A baixa do preço pago ao gado sul-rio-grandense foi ocasionada por dois fatores: a concorrência do charque produzido nos países platinos (Uruguai e Argentina) e a diminuição do consumo do charque em todo o país.

Em contraposição ao processo de decadência da economia da Metade Sul, nesta mesma época ocorria um rápido crescimento agrícola-industrial da região norte do Estado. Região, que ao contrário da Metade Sul, que possuía toda sua economia fundamentada na pecuária, caracterizava-se pela policultura, ligada especialmente ao cultivo de produtos coloniais como : o milho, o vinho, a banha, a erva-mate, o trigo, o arroz, o feijão, a cana de açúcar e a cebola.

Também, deve-se salientar que nesta época a política positivista² rio-grandense da República nascente, assumiu um papel ativo na regulação da produção e diversificação da economia do Rio Grande do Sul. (Becker, 1992). É notório que a colonização da região norte contou com total apoio do Governo do Estado, tanto na distribuição de sementes para o plantio como na abertura de estradas que serviram como canais de distribuição dos produtos da região para o resto do país.

¹ Termo popularizado nas últimas décadas, para designar a grande região localizada ao Sul do RS, a região é denominada também, por alguns, como região da campanha.

Foi esta política que motivou as primeiras comparações entre as regiões sul e norte do Estado e a criação de *conceitos translúcidos* nos discursos dos estancieiros da região sul. Origina-se daí o “geografismo”³ político, econômica e social que passou a existir no Rio Grande do Sul, entre Metade Sul e a região Norte do Estado.⁴

Nota-se uma tendência na maioria dos trabalhos que retratam a história rio-grandense em vincular a decadência da região sul ao processo de desestruturação da economia pecuária-charqueadora.

“Entretanto, apesar de constituírem a empresa manufatureira mais característica da região da pecuária tradicional, as charqueadas representavam um setor econômico em crise no final do século XIX, enquanto que a economia colonial imigrante encontrava-se em ascensão”.(Pesavento, 1985 p. 38)

“Isto significa que a economia gaúcha é *reorientada* na República Velha, pois que, de eminentemente pecuária e baseada na demanda de exportações de um produto ou dois produtos(charque e couros), passará a uma economia policultora e com ênfase ao mercado local. Esta etapa é um mero passo para que se busque evidências de que a Campanha está atravessando, durante o período histórico em pauta, uma estagnação econômica frente à Serra e ao Planalto”. (Fonseca, 1983,p. 29)

A exclusividade na atividade pecuária foi uma característica na formação econômica do Rio Grande do Sul desde a sua origem em meados do século XVIII. Esta atividade originou-se desde a vinda dos primeiros povoadores, seja pelo caráter religioso, os jesuítas⁵, seja pela estratégia militar dos portugueses.

Com isto nota-se que o primário de toda a chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul caracterizou-se pela predominância das atividades pecuárias. Ainda em 1940, por exemplo, estas atividades representavam 65,85% do valor bruto da produção agrícola.(Bandeira, 1994)

Nota-se na avaliação do desenvolvimento econômico da Metade Sul, ao contrário de outras regiões, em que a exclusividade em um único produto, geralmente, proporcionou uma dinamização nos fatores produtivos, com a implantação de novas técnicas e melhores rendimentos, a *especialização* nas atividades pecuárias da região, pelo contrário, proporcionou baixos índices de produtividade e pouca diversificação nos métodos produtivos. Mas a que se deve isto? Por que a pecuária continuou a ser produzida de forma extensiva nas estâncias da Metade Sul? Por que não se buscou produzir novas culturas agrícolas?

² Sobre a política positivista no RS ver Fonseca (1983, 1985)

³ Para uma melhor análise deste processo ver Soares, 1996.

⁴ Pelo declínio demográfico da região sul se pode ter uma idéia da perda de sua importância na virada do século, pois entre 1890 e 1940 perdeu mais 16% em relação ao total da população do Estado. (Bandeira, 1994)

⁵ Que expandiram suas estâncias por toda a região sul do Rio Grande do Sul.

2- A Monocultura pecuária

Num primeiro passo, para entender a formação da economia da Metade Sul é preciso retomar na história do Rio Grande do Sul, quais foram os fatores que levaram os estancieiros da região sul do Rio Grande do Sul a serem considerados “*atrasados e pouco propensos a inovações*, como decorrência de uma forma específica de racionalidade dos agentes envolvidos no processo de produção”(Bandeira, 1994, p. 19) (grifo meu).

Há inúmeras influências sociais, políticas, econômicas e culturais que podem ser identificadas como desestímulo aos estancieiros da Metade Sul na procura de novas estratégias produtivas, porém ocupar-se-á aqui de duas que, se não estavam entre as principais, certamente são as que mais foram retratadas na historiografia rio-grandense: a pouca difusão das atividades do setor agrícola e a predominância dos grandes latifúndios.

A justificativa que se tem para pouca exploração do setor agrícola deve-se muito ao fato de associá-la ao consumo alimentar dos habitantes da região, que se baseavam quase que exclusivamente na carne, aliado à crença de que as terras da região Meridional do Brasil, eram consideradas pouco adequadas às atividades agrícolas.⁶

Esta distinção entre as terras da *campanha* e as *serras* foi notada em muitos trabalhos sobre a formação histórica do Rio Grande do Sul.

“Assim, a mata e o campo são dois mundos inteiramente diferentes no sul do Brasil. São diferentes quanto às condições naturais, tanto quanto às econômicas, sociais e raciais. No planalto ocidental do Rio Grande do Sul, esse dois mundos diferentes se limitam por fronteiras nítidas e distintas, com intervalos de alguns quilômetros até 30 ou 50 quilômetros.” (Waibel, 1979, p. 231)

Já os grandes latifúndios exclusivamente de criação pecuária, que foram predominantes em toda a região sul do Estado do Rio Grande do Sul originaram-se devido a dois fatores: a estratégia militar de ocupação do território e a existência na região de inúmeros animais vacuns *a solta*, que foram incorporados *naturalmente* nas atividades produtivas das estâncias.

A quantidade de gado e as extensões de terras possibilitavam ao estancieiro, mesmo administrando sua estância de uma “*forma ineficiente*”⁷, sem inovações e/ou melhoramentos técnicos, rendimentos que lhes proporcionavam a manutenção de um padrão de vida satisfatório.⁸

Sem maiores gastos de investimentos na produção do gado, e com um nível de consumo apenas necessário à manutenção de sua família, os grandes estancieiros com o tempo iam adquirindo condições financeiras para incorporaram novas terras a suas estâncias, que quase sempre eram lindeiras⁹.

⁶ A formação militar dos primeiros habitantes, aliada à enorme quantidade de gado que se encontrava na região podem ter motivado a esta conclusão.

⁷ Este termo é usado aqui com uma clara analogia aos dias atuais, mesmo porque fomos incapazes de encontrar um outro mais específico para caracterizar a forma produtiva da época.

⁸ “Torna-se útil lembrar ,neste contexto, a distinção feita por Hebert Simon entre os dois tipos ideais de agentes econômicos: o *optimizer* e o *satisficer*. O comportamento **otimizador** do primeiro corresponderia ao “homem econômico” onisciente descrito nos livros-texto de economia, capaz de sempre escolher, em cada situação concreta, a melhor dentre todas as opções existentes. O *satisficer* corresponderia a um modelo mais realista do agente decisório, caracterizado pela busca de soluções **satisfatórias**, e não necessariamente **ótimas**, tendo como base um elenco mais limitado de informações.

Os pecuaristas gaúchos seriam, portanto, na sua maior parte, *satisficers*,...”(Bandeira, 1994, p.20).

⁹ Não há registros sobre a distinção feita entre pequenos e grandes estancieiros, o certo era que estes últimos após venderem suas terras, quase sempre acabavam na periferia dos centros urbanos que é retratado muito bem pelo

Mesmo no período de baixa no preço pago pelo gado, os estancieiros resistiam em empreender-se nas atividades agrícolas. Tal atitude se justifica pela necessidade de empregar grandes somas de dinheiro, que as atividades na lavoura requeriam desde a sua implantação, como na compra de equipamentos e investimento com mão de obra¹⁰, gerando, para os estancieiros, riscos de perdas significativas, caso a empreitada não alcançasse sucesso.

Um outro fator que deve ser considerado na justificativa da prevalência quase que exclusiva na cultura pecuária pelos estancieiros, pode ser atribuído à inadequação de parte das terras da região para o cultivo de lavouras.

“Em certas zonas, inclusive, praticamente inexistem áreas adequadas para o cultivo com lavouras temporárias(...).No Oeste da Campanha, da mesma forma, os solos superficiais e muito suscetíveis à erosão tornam o cultivo viável apenas nas várzeas.” (Bandeira, 1994, p. 22)

Logo, percebe-se que é perfeitamente possível justificar o comportamento conservador dos estancieiros rio-grandenses nesta época, no que toca à forma de administrar seu patrimônio. A “cultura pecuarista” dos estancieiros não era decorrente obrigatoriamente de sua ignorância ou incompetência como agentes econômicos como alguns pregam, mas sim de uma *racionalidade específica* baseada nas características geográficas da região e na sua formação cultural que era originária principalmente do exército luso.

Os estancieiros mantiveram-se em uma mesma atividade produtiva, pelo absoluto desconhecimento de outras formas de produzir, mesmo quando a partir do final do século XIX, a economia pecuária já se mostrasse em declínio.

Destarte, o que observa é uma forma particular de racionalidade, que primava pela segurança de um rendimento abaixo do estado ótimo¹¹ que lhe asseguravam um padrão de vida relativamente satisfatório, e com um menor nível de risco.

Por esta análise compreende-se a relutância em incorporar em suas atividades a cultura agrícola que requeria somas significativas de investimentos em sementes, implementos e contratação de mão de obra, além de ser mais suscetível às intempéries da natureza.

Por isto a lavoura nas estâncias, geralmente foi uma atividade complementar, ficando reduzida a um distante segundo plano em relação à cultura pecuária. Servia apenas como cultura de subsistência.

Portanto a especialização na pecuária, que poderia promover uma maior dinamicidade econômica, com a implantação de novas técnicas e um conseqüente aumento de produtividade, mostrou-se restrita a formas produtivas, que existiam desde sua ocupação, com a criação de animais vacuns de forma extensiva.

Constata-se, assim, alguns fatores que contribuíram de forma decisiva para a disseminação de uma “cultura econômica pecuarista” em quase todo o meio rural da Metade Sul. Cultura esta que se manteve praticamente inalterada até a metade do século XX.¹²

romancista Ciro Martins na Tipologia do gaúcho a pé.

¹⁰ Os “gaúchos” que habitavam a região não tinham propensão ao cultivo agrícola. Para um investimento neste setor necessariamente dever-se-ia “importar” mão de obra especializada de outras regiões ou até do exterior.

¹¹ Uma empresa terá uma lucratividade econômica ideal se sua receita bruta, após deduzir-se o capital circulante adiantado (ou seja, as despesas anuais com materiais, salários...) proporcionar ao investidor(empresário) um valor superior ao seu capital investido, levando em conta a taxa de juro predominante no país. (Chayanov (1981)p. 136). Ver também Schumpeter, 1982 p. 87 à 105

¹² Os resultados das culturas agrícolas eram totalmente desconhecidos na região até os primeiros anos do século XX.

3-A transição capitalista na economia do Rio Grande do Sul: da monocultura pecuária para a policultura colonial

O contexto social rio-grandense, durante os anos que seguiram a Proclamação da República(1889), baseou-se em formulações de políticas que se chocaram com os interesses da classe estancieira da Metade Sul, que haviam dominado, até então, a economia e a política do Rio Grande do Sul, ao longo da história regional.

Os estancieiros, durante o período imperial, haviam sido favorecidos por inúmeros benefícios, tanto na concessão da posse das terras, como na ineficiente fiscalização do contrabando de gado, que era em determinadas épocas comercializado com os países platinos sem taxas alfandegárias o que lhes possibilitou uma estabilidade econômica “aceitável”.

Segundo a historiografia, a política republicana e a nova realidade causaram rupturas entre as antigas classes políticas do Estado, dividindo-as em duas facções: a do Partido Republicano, ligado aos novos interesses do governo, com um discurso progressista e o Partido Federalista que mais tarde se transformaria em Partido Libertador, defensor dos interesses dos estancieiros sulinos¹³.

Esta ruptura, além de divergências ideológicas e políticas,¹⁴ estabelecia, especialmente, conflitos quanto aos projetos econômicos para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. O projeto econômico do Partido Republicano direcionava-se para a região Norte do Estado, com o explícito intuito de diversificar a produção primária do Rio Grande de Sul, pela policultura .

O projeto republicano visava dar dinamidade ao setor agrícola policultor, pois entendia que a economia, exclusivamente ligada à pecuária, seria incapaz de alavancar um processo de desenvolvimento promissor, pois além de vir sofrendo, há alguns anos, uma concorrência direta do charque platino, ocorria uma diminuição de seu consumo em todo o Brasil.

Embora a direção nos investimentos econômicos do Estado neste período pudesse parecer fruto apenas de interesses políticos e ideológicos, na verdade segundo Fonseca(1985), tinha também uma direção geográfica, a região Norte.

A produção agrícola dos novos imigrantes europeus vindos para a região norte do Estado, que foram considerados por Becker(1992) como “novos agentes” produtivos, fez surgir nas relações econômicas do Rio Grande do Sul a forma tipicamente capitalista de produção, baseada no trabalho assalariado e utilização de estratégias que visavam especialmente ao lucro, características até então ausentes das atividades pecuárias do Estado.

Tal fator acarretou uma série de mudanças: a níveis econômicos, sociais, tecnológicos e políticos no contexto histórico do Rio Grande do Sul. Segundo Fonseca (1985), o final do século XIX foi “um período de nascimento e florescimento do capitalismo no Rio Grande do Sul .”(Fonseca, 1985, p. 263)

Assim a “crise” da economia pecuária-charqueadora, detectada pela historiografia nas últimas décadas do século XIX, após a Proclamação da República, vinha desde a metade do século XIX, quando a região agrícola de colonização alemã e italiana começou a obter consideráveis índices de crescimento econômico. Em contrapartida, a economia pecuária da Metade Sul passava por períodos de oscilações, refletido especialmente pelo decréscimo do charque no percentual das exportações do Estado. Enquanto o

¹³ Embora entre os Republicanos houvesse estancieiros.

projeto econômico do Partido Republicano apoiava-se na estratégia de diversificação da produção agrícola, numa tentativa de fugir da dependência exclusiva dos produtos da pecuária, incentivando com isto, particularmente a policultura nascente no Norte do Estado, o projeto econômico dos Federalistas, ligado à classe dos estancieiros, procurava em suas reivindicações, enfatizar a importância que as atividades ligadas aos produtos pecuários tiveram em anos anteriores e associavam o desenvolvimento da economia do Estado à possibilidade da pecuária conquistar novos centros consumidores para a exportação. (Fonseca, 1983)

Segundo Fonseca (1983), havia duas questões fundamentais que se antagonizavam nos planos econômicos das duas facções políticas que disputavam o poder no Rio Grande do Sul: os transportes e a política de imigração.

Na questão dos transportes, fator considerado na época como fundamental para facilitar o comércio entre o Rio Grande do Sul e os Estados do sudeste do país, já ficavam evidenciados os conflitos de interesses entre as duas facções políticas. De um lado o Partido Republicano, sob inspiração positivista, entendia ser tarefa do governo incrementar igualmente a todas as regiões, sem beneficiar nenhuma em particular, por outro lado, os estancieiros da Metade Sul exigiam do novo governo o incremento do setor ferroviário em direção à região fronteira. Incremento que para eles facilitaria o comércio dos produtos pecuários, pois alegavam estarem sofrendo, desde a metade do Século XIX, com a concorrência do charque vindo dos países platinos. As saladeiras platinas, nesta época utilizavam-se da navegação marítima via Buenos Aires, para colocarem seu produto nas fazendas cafeicultoras de São Paulo.

O projeto do governo estadual neste sentido, seguiu uma estratégia contrária à reivindicada pelos estancieiros pecuaristas. Visando incentivar a imigração de colonos para regiões ainda inexploradas e consolidar a policultura, o governo estadual incrementou o setor ferroviário em direção a região norte a fim de favorecer o fluxo da produção colonial, como consta no relatório do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul Antônio Borges de Medeiros em 20 de setembro de 1899.

Era necessário, pois, abrir facais vias de comunicação e tal há sido a perserente(sic) obra posta em relevo pelo conjunto de trabalho já enumerados.

Não basta introduzir o immigrante(sic); é mister, outrosim(sic), preparar a colonia para recebê-lo(sic), datando a de todos os melhoramentos imprescindíveis.

Graças a um tal regimen(sic) observado sempre, florescem nas actuaes(sic) colonias commercio(sic) e as industrias(sic)."

Relatório do Presidente do Estado do RS em 20.09.1899, p. 24)

Singer(1977), no seu clássico trabalho também aborda esta questão:

"Para que a colonização pudesse prosseguir, avançando para áreas mais afastadas dos cursos navegáveis, era preciso um meio de transporte terrestre de maior eficiência que o carro de boi. A estrada de ferro veio resolver o problema." (Singer, 1977, p. 159)

Segue ainda Singer (1977), salientando a localização estratégica geográfica, que justificava a política implantada:

"Outro aspecto digno de nota consiste em que Porto Alegre é o verdadeiro centro do sistema ferroviário do centro e do norte. Como vimos, mesmo antes da construção das estradas de ferro, era Porto Alegre o escoadouro da produção comercializada de toda área colonial, graças à sua localização, junto ao Guaíba e à lagoa dos Patos. Era natural que a rede ferroviária fosse projetada de acordo com as linhas de comercialização já existentes."(Singer, 1977, p. 160)

Entretanto, Singer (1977) salienta que a construção de ferrovias no Rio Grande do Sul já havia

¹⁴ Não cabem aqui maiores análises. Ver Fonseca, 1983 e 1985.

começado há alguns anos antes da Proclamação da República, quando começou, quase no mesmo tempo, a serem construídas duas ferrovias: uma em direção a Metade Sul e outra em direção à região norte.

A característica reveladora neste sentido era a dicotomia que dividia a economia e a sociedade rio-grandense, pois estas duas ferrovias distintas foram construídas numa mesma época e uma ao lado da outra. A do Sul partindo da cidade de Rio Grande, para canalizar a produção da atividade pecuarista e a do Centro-Norte, tendo como ponto inicial Porto Alegre e estendendo-se para a direção da serra, para facilitar a comercialização dos produtos coloniais.

Segundo Becker (1992), o mercado regional do Rio Grande do Sul, já à partir de 1874, ganhava uma nova dinâmica com o avanço dos transportes ferroviários.

Apesar da interligação destas duas redes ferroviárias, que se unem em 1886 na Cidade de Cacequi, no centro do Rio Grande do Sul, percebe-se que suas economias permaneceram separadas. Esta realidade perpetuou-se até a metade do século XX sem que nenhum fato significativo mudasse esta realidade. (Vieira e Rangel, 1993)

“A colonização alemã e italiana cria uma economia baseada na lavoura e na pequena criação no centro e norte do Estado, ao passo que no sul persiste a economia fundada na criação extensiva e em grande escala.” (Singer, 1977, p. 160)

Contrariando os interesses pecuaristas, a política econômica do governo do Estado continuou direcionado-se ao incentivo às novas lavouras agrícolas, e para isto estimulou o processo de imigração, que havia começado em 1824, com os alemães e com os italianos a partir de 1870.

O projeto Republicano baseava-se no pressuposto que o incremento no cultivo de novas culturas garantiria, futuramente, o desenvolvimento do Rio Grande do Sul entendendo ser esta resposta encontrada para processo de estagnação que passava a economia rio-grandense, que até então baseava-se exclusivamente na produção pecuária da Metade a Sul do Estado.

Com um discurso inovador o PRR via a dependência da economia rio-grandense, basicamente ligada à pecuária, como fruto da má política econômica empregada durante o Império, pois toda a economia do Estado, até então, notabilizou-se pelo exclusivismo nas exportações apoiada nos produtos originados da pecuária.

A política de incentivo à policultura, mesmo sofrendo protestos dos estancieiros da Metade Sul surtiu efeitos. Os resultados puderam ser vistos anos mais tarde, pelo aumento considerável dos produtos agrícolas cultivados nas colônias do norte no percentual das exportações do Rio Grande do Sul.

Em contrapartida a ascensão da policultura e uma incipiente e promissora industrialização do norte do estado nas últimas décadas do século XIX, tornavam visíveis o processo de estagnação pelo qual passavam as atividades pecuárias da Metade Sul.

Pela tabela abaixo nota-se, por exemplo, que o charque e o couro que se constituíam 74,9% das exportações do Rio Grande do Sul em 1861, representam apenas 42,2% em 1894. Em compensação a banha que em 1861 ainda era um produto importado, no ano de 1894 já alcançava o segundo produto da pauta da exportações do Estado.

TABELA -EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO RIO GRANDE DO SUL NOS ANOS DE 1861 E 1894 (Em contos de réis)

PRODUTOS	ANO 1861	(%)	ANO 1894	(%)
Charque*	5.940	37,7	11.663	28,6
Couros*	5.856	37,2	5.552	13,6
Banha**	.-	.-	6.183	15,2
Farinha de Mandioca**	221	1,4	3.419	8,4
Feijão**	627	4,0	2.866	7,0
Fumo**	.-	.-	736	1,8

Fonte: Relatório apresentado pelo Vice-presidente da província, etc, Porto Alegre, 1861, e Rodrigues, A. F., Notícia histórica e descritiva do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 1896. (IN: Singer, 1977, p. 163)

* produtos oriundos da criação pecuária ** produtos da lavoura e pequena criação.

Nota-se também pelos números da tabela que os produtos agrícolas oriundos da região colonial, que somavam um percentual de apenas 5,4% no total das exportações do Rio Grande do Sul em 1861, no ano de 1894 perfazem a soma de 32,44.

Singer (1977) confirma esta nova tendência na economia rio-grandense, quando relata:

“O Rio Grande do Sul, que durante a maior parte do século passado se notabilizara como exportador dos produtos animais (carne e couro), assume no fim do século as feições atuais de grande exportador também de produtos de lavoura.” (Singer, 1977, p. 164)

Pode-se constatar pelos dados do levantamento de 1907, apesar de sua precariedade¹⁵, que já há, também, uma significativa diversificação do perfil da indústria gaúcha neste período, especialmente na região Norte do Estado, enquanto a Metade Sul, continua ligada, exclusivamente ao setor pecuário .

Segundo Bandeira (1994), o fato de ter ficado ligado exclusivamente em apenas um setor da economia, também pode ser considerado no processo de destruição industrial da Metade Sul, pois ao que tudo indica enquanto o mercado interno brasileiro precisou dos produtos do Pólo industrial Pelotas-Rio Grande (charque especialmente) , este se manteve em crescimento considerável, mas logo que este mercado se fechou, o consumo interno do Rio Grande do Sul mostrou-se incapaz de servir de apoio à consolidação e expansão dos estabelecimentos industriais na região.

Já na região Norte do Estado, este fato não ocorreu, mesmo porque seus produtos manufaturados atendiam tanto às necessidades do mercado interno, como também dos consumidores do centro do país.

“A peculiaridade da economia das colônias européias no sul do Brasil é que ele não se liga ao mercado mundial por meio de um dos poucos produtos “coloniais”, mas sim ao mercado interno, ao qual fornece gêneros alimentícios e matérias-primas (como fumo, por exemplo)”(Singer, 1977, p. 169).

Assim, mesmo considerando que a colonização da região norte do Estado tivesse trazido um “*novo agente*” para a economia do Rio Grande do Sul não se pode negar que a política Republicana adotada pelo governo do Estado teve um papel fundamental no processo de desenvolvimento da agricultura colonial . A política econômica do Estado teve papel importante em particularmente dois momentos: 1º) na a abertura de

¹⁵ “O censo de 1907, pela forma como foi organizada a coleta dos dados, deixou de abranger muitos estabelecimentos menores e menos organizados. Assim, a importância dos segmentos semi-artesanais da indústria gaúcha da época deixou de ser adequadamente avaliada por esse levantamento”. (Bandeira , 1994, p. 23)

caminhos em uma região ainda inexplorada e de difícil acesso o que possibilitou o escoamento dos produtos das lavouras coloniais e 2º) mais tarde, quanto à produção colonial começou a atingir índices significativos, no final do mesmo século, a estratégia foi abrir novos mercados para os seus produtos, incentivando a exportação agrícola para outros centros do país.

Estas políticas de investimentos possibilitaram a comercialização dos produtos coloniais, tanto para os centros consumidores do próprio Estado, que nesta época já contava com várias cidades, como para a região sudeste do Brasil, que baseada na produção agro-exportadora, necessitavam de produtos para o consumo interno, sendo desta época o título dado ao Estado do Rio Grande do Sul de “Celeiro do Brasil”.

Para Antonacci (1981), o processo de estagnação econômica que ocorria na economia pecuária-charqueadora a partir da segunda metade do século XIX, repercutia ainda mais pela ascensão da policultura e da indústria que surgiam na região norte do Rio Grande do Sul.

Para o governo, a crise na economia pecuária-charqueadora, no final do século XIX e início do XX, não se devia à falta de políticas de incentivos, mas sim ao esgotamento de uma atividade que já não encontrava mercado para sua produção.

Os novos agentes econômicos, oriundos da região norte, ligados ao crescimento da lavoura, da pequena criação, do comércio e da indústria, eram utilizados pelo novo governo republicano para provocar uma reformulação das estruturas arcaicas a fim de instaurar uma “nova ordem”. (Muller, 1972)

A Revolução Federalista¹⁶ de 1893/1895 pode ser considerada como a ruptura definitiva do governo Estadual com as forças representativa dos estancieiros que, representados por Gaspar Silveira Martins, defendiam maiores subsídios para a economia pecuária-charqueadora.

Esta “nova ordem” não era uma exclusividade do Rio Grande do Sul, ela seguia uma tendência em todo o Brasil. Instaurada a República em 15 de novembro de 1889 todos os Estados deveriam adequar-se a uma estrutura progressista frente às necessidades de modernização exigidas pela ordem capitalista mundial. (Muller, 1972)

Para os políticos opositores, os estancieiros, a estratégia para o Rio Grande do Sul, seria enfrentar a nova ordem, mantendo a especialização nas atividades da pecuária. Segundo Demétrio Xavier, deputado da oposição, os políticos do Rio Grande do Sul deveriam utilizar como modelo a política dos produtores de café em São Paulo e defenderem o seu principal produto de exportação, que até então era a pecuária.

“O que é urgente e patriótico para o Rio Grande do Sul é o Governo procurar fazer a defesa do boi, a exemplo do que São Paulo fez com o café, porque, assim como este está para a riqueza pública de S. Paulo, assim também está o boi para o Rio Grande do Sul” (Annaes da Assembléia...op. cit., 1926. p 552 apud Fonseca, 1983, p. 76)

Esta discordância quanto à política econômica a ser adotada no Rio Grande do Sul, ocasionou o fracionamento das classes dominante do Estado. A nova dinamização econômica imposta pelo projeto do PRR, que baseava seus princípios na teoria positivista, podem ser entendidos a partir das seguintes questões: 1ª) houve, no final do século XIX significativas mudanças

¹⁶ A Revolução Federalista se constituiu na reação ao controle do processo político pelos republicanos seguidores do

na estrutura econômica e social do Rio Grande do Sul , ocasionadas especialmente pela diversificação na produção e o conseqüente aumento das exportação; 2ª) com os novos “emergentes” da economia, houve uma ampliação das necessidades econômicas e sociais, não mais restritas à classe pecuária-charqueadora, isto fez surgir novas pressões na estrutura do poder do governo; 3ª) partindo dos princípios de Augusto Conte, o aparelho estatal se modelou para adequar-se a estas novas necessidades que surgiram. (Antonacci, 1981)

A economia “emergente” da região norte, na virada do século XX , baseada na policultura, passou a fomentar os índices de exportação do Rio Grande do Sul. O Estado ficou reconhecido, a partir dessa época, como região agrícola ligada à policultura, e não mais unicamente produção pecuária.

Esta nova realidade só foi possível por que encontrou no projeto político do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) condições de se expandir. Os estancieiros, vendo-se abandonados pelas novas estratégias políticas do governo Republicano, iniciam um discurso veemente contra os favorecimentos aos agricultores da região norte.

Segundo a historiografia, a economia pecuária-charqueadora no final do século XIX, já não tinha mais mecanismos de expansão, era uma atividade em franca decadência, porém isto não se devia ao discurso de abandono econômico com que os estancieiros reclamavam do projeto Republicano .

Esta nova característica da economia do Rio Grande do Sul, ligava-se a dois fatores que aliados permitiram este novo caminho: as iniciativas dos imigrantes que destinaram-se à região norte do Estado, focalizados por um mercado que lhes sugeria a nova conjuntura capitalista no país , como também ao estímulo da política econômica estadual, que lhes proporcionou crédito e infraestrutura adequada para o escoamento de sua produção.

4- O declínio da economia pecuária da Metade Sul

Com a intensificação da indústria charqueadora durante todo o século XVIII houve um desenvolvimento econômico considerável na maioria das estâncias espalhadas pela Metade Sul do território rio-grandense. Com isto os estancieiros, já na época estabelecidos como grandes criadores de gado assumiram o domínio completo da economia e da política do Estado.

Além do gado “em pé” , que continuava sendo comercializado tanto para as charqueadas rio-grandenses, como também sendo contrabandeado com os países platinos, havia o comércio dos outros produtos originados dos abates dos rebanhos como o couro, o sebo, pêlos e chifres.

A pecuária e o charque tornaram-se a marca econômica do Rio Grande do Sul, especialmente na Metade Sul.¹⁷

positivismo. Esta reação partiu dos liberais que em 1889, haviam sido derrubados do poder. (Pesavento, 1983 a)

¹⁷ Neste período houve um surto de desenvolvimento nas principais cidades da região a mais importante delas Pelotas

Apesar de ser a “marca” da economia do Estado a atividade charqueadora sofria deste a metade do século XIX, dificuldades para se expandir. Devido especialmente a fatores como: o baixo preço pago ao charque, norma adotada pela coroa, numa estratégia para manter baixo o custo dos produtos exportáveis(já que o charque era o principal alimentos dos escravos) ; o escasseamento da mão- de- obra escrava, ocasionados pela intensificação dos movimentos abolicionistas e a concorrência cada vez mais acirrada com as saladeiras platinas , onde o gado era de melhor qualidade e a infra-estrutura das saladeiras mais aprimorada o que lhes permitiam ter um preço de mercado mais competitivo. Com isto, desde a década de 50 do século XIX, o comércio do charque rio-grandense se mantinha em patamares pouco crescentes.

Os produtos da economia rio-grandense restringiam-se ao mercado interno brasileiro destinado a consumidores de baixa renda, ou nenhuma, como os escravos. Isto devia-se a falta de produtos agrícolas que pudessem vir a interessar aos países europeus.

Alguns políticos da época já haviam diagnosticado que com o tempo a economia pecuária desapareceria. Fato que viria a se confirmar nas primeiras décadas do século XX.

A descaracterização do Estado Rio Grande do Sul como estritamente pecuário, que perdurou desde o início de sua ocupação, começou a ser notada, mais nitidamente, a partir da última década do século XIX, quando ocorreu a intensificação da policultura e da indústria na região Norte. Estas novas atividades incentivadas pelo governo republicano e incorporadas pelos imigrantes alemães e italianos proporcionaram um rápido desenvolvimento na economia da região tornando-a já na metade do século XX, como a região economicamente mais desenvolvida do Rio Grande do Sul

TABELA -PARTICIPAÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL: 1861-90/1923-27

	1861		1890		1923		1927	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Charque*	5.490	37,7	5.223	30,3	59.845	19,2	73.980	17,7
Couros*	5.856	37,2	4.211	24,4	44.601	14,3	28.467	6,8
Arroz**	-	-	-	-	24.423	7,8	54.036	13,0
Banha**	-	-	1.993	11,5	41.274	3,3	81.980	19,7
Farinha**	221	1,4	1.117	6,5	8.466	2,7	7.570	1,8
Feijão**	627	4,0	1.583	9,2	4.504	1,4	13.899	3,3
Fumo**	-	-	348	2,0	13.058	4,2	13.415	3,2
Vinho**	-	-	-	-	7.751	2,5	12.121	2,9

* Produtos originados da atividade pecuária da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul.

** Produtos coloniais originados da região Norte do Rio Grande do Sul

FONTE: Fonseca, 1983, p. 69

Pelos dados da tabela acima, fica nitidamente comprovada a ascensão policultora no Rio Grande do Sul, originária basicamente dos produtos oriundos da região Norte, em contrapartida ao declínio das atividades ligadas à pecuária.

Destarte, o projeto econômico que incentivou a policultura e a colonização, não deve ser encarado como a principal causa do desenvolvimento da região norte, porém esta política econômica ajudou a transformar a região no novo centro econômico do Estado do Rio Grande do Sul.

Enquanto, nesta época, na Metade Sul do Rio Grande do Sul acentuava-se a decadência econômica, fazendo com que a classe dos estancieiros pecuaristas perdesse definitivamente a hegemonia interna tanto política como econômica do Estado.

Apesar da falta de perspectivas da atividade pecuária, já a partir da metade do século XIX, não consta em nenhum momento da historiografia rio-grandense, a intenção tanto dos estancieiros como do governo, em alterar as atividades produtivas na região.

O enraizamento cultural dos estancieiros da Metade Sul na criação pecuária extensiva não lhes permitiu vislumbrar uma outra alternativa agrícola e nem mecanismos diferenciados na criação dos rebanhos.

5-Considerações Finais

A proposta deste artigo não foi diagnosticar de forma definitiva a causa da estagnação econômica da Metade Sul, mas sim proporcionar ao leitor uma reflexão do seu

processo de formação histórica. Porém, busca-se a partir daqui, baseado apenas nos princípios da teoria shumpeteriana uma análise do desempenho dos estancieros da época.

Começa-se salientando a importância que Shumpeter (1982) deu à figura do “empreendedor” no processo de desenvolvimento das regiões. Para ele o agente empreendedor é aquele que fomenta a vida econômica. É o que mesmo não estando totalmente esclarecido dos detalhes que vai enfrentar inova e busca melhores resultados. Seu sucesso depende muito mais de sua intuição e de sua capacidade de ver um futuro que não é necessariamente o que a maioria prevê. É o agente que deixa de lado por completo o perfunctório, e assume riscos. Não há ainda como explicar os princípios que norteiam as ações dos empreendedores.

Porém o que se sabe é que falta de uma dinâmica produtiva que vise lucratividade, incorre num processo de estagnação, pois admite, o mesmo Shumpeter (1982), que o lucro necessariamente será revertido para a totalidade da sociedade, ou na forma de salários para os trabalhadores ou como dividendos para os empresários. Fatores que acabarão refletindo-se na elevação dos índices de desenvolvimento da região.

“E então há uma verdade geral: o lucro enquanto um fenômeno de valor especial e independente está vinculado fundamentalmente ao papel de liderança do sistema econômico” (Shumpeter, 1982,p. 99)

Em síntese, os valores revestidos em lucros e os montantes de produtos a eles correspondentes, constituem-se em uma parte do dividendo nacional, e deverão necessariamente ser distribuídos, por todos os agentes envolvidos no processo produtivo.

Logo, as iniciativas pessoais em busca de melhores rendimentos individuais, partem de agentes inovadores que passam a ter uma função social fundamental, para o desencadeamento do processo de desenvolvimento de uma região.

Bem, o que se observa no Rio Grande do Sul no final do século XIX ? Um o rebanho com crescimento diminuto , causado não só pela falta de higiene e tecnologia arcaica que naturalmente proporcionavam grandes perdas(pela incidência de várias doenças) mas também pela matança indiscriminada , com o sacrifício de vacas prenhes e novilhas de pouca idade , pois havia necessidade crescente de matéria-prima para indústria charqueadora. Nesta época quase sempre o gado era comercializado sem atingir o peso ideal, o que se refletia no seu baixo preço. Tais agravantes mesmo assim, não motivaram o estancieiro da Metade Sul a buscar novas alternativas produtivas, identificando assim o seu total despreparo como agente inovador.

Pode-se afirmar também, que a permanência da cultura pecuária na Metade Sul, por séculos, deve-se muito aos “aceitáveis” percentuais de lucratividade aliado ao total despreparo dos estancieros em relação a outras atividades agrícolas.

A busca de novos produtos agrícolas não era o principal agravante, nos discursos da maioria dos políticos da época; o que realmente os preocupava era a falta de iniciativas tecnológicas nos processos produtivos do setor pecuário.

Estava enraizado na “cultura produtiva” do estancieiro o comportamento conservador, caracterizado na pouca disposição para enfrentar riscos inerentes à busca de novas alternativas. Segundo Bandeira(1994), existia um certo *atrofiamento da capacidade empreendedora* dos estancieros da Metade Sul.

Havia ainda, segundo Fonseca(1983), o fato de que o estancieiro da Metade Sul, esteve economicamente sempre na condição de “refém” do reflexo da economia central exportadora. Pois, grande parte do charque comercializado dependia das necessidades alimentares internas do Brasil, que por sua vez se vinculava diretamente aos mercados europeus. Portanto, uma recaída no consumo do charque das regiões

exportadoras, fazia com que o charqueador se ressarcisse oferecendo ao estanciero "...o preço mais baixo possível pelo gado". (Pesavento, 1980b, p. 48)

Assim, a pecuária na Metade Sul , foi por longos anos, uma imposição muito mais pelas circunstâncias apresentadas, do que uma opção consciente dos estancieiros.

A ampla predominância da economia pecuária proporcionou a criação de uma cultura produtiva, onde, praticamente, inexistia grupos sociais com aptidões para envolverem-se com outras áreas da produção agrícola, que não fosse a pecuária, mesmo quando esta já dava sinais de decadência.

6-BIBLIOGRAFIA

- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Tradução Teodoro Cabral, Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980
- BANDEIRA, Pedro Silveira. *As Raízes Históricas do Declínio da Região Sul. Crescimento Econômico da Região Sul do RS. Causas e Perspectivas*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística- Secretária do Planejamento e da Administração -, p. 07-48,1994.
- BECKER, Dinizar Firmiano. *A Economia Política do Arroz*. Tese de Doutorado. São Paulo: Unicamp, 1992.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional- O Negro na Sociedade Escravocrata do RS*. 4. ed., São Paulo: Paz e terra, 1997.
- DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão/Edipuc, 1990.
- FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: Economia & Conflitos Políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- _____. *A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul: A Economia Gaúcha na Primeira República*. São Paulo: Fipe/USP, p 263-285, 1985.
- FREITAS, Décio. *O Capitalismo Pastoril*. Porto Alegre: Escola de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- MÜLLER, Geraldo. *Periferia e Dependência Nacional- estudo da realização do Capitalismo no Rio grande do Sul*. São Paulo: Tese apresentada ao departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia ciências e letras da Universidade de São Paulo, 1972
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. *República Velha Gaúcha- Charqueadas-Frigoríficos-Criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- _____. *RS: A Economia & Poder nos anos 30*. Porto Alegre: 1980(a).
- _____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980(b).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821*. Tradução: Leonam de Azevedo Penna. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo/USP, 1974.
- SHUMPETER, Joseph A. *Teoria del desenvolvimiento económico:una investigación sobre ganancias, capital, crédito,inter´s e ciclo económico*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1944.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. *Décadence Avec Élegance(uma crítica ao discursos da Metade Sul do Rio Grande do Sul)*IN: *Agora*, Santa Cruz do Sul: Unisc,1996

WAIBEL,Leo. *Geografia tropical* do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE,1977